



---

ÁREA TEMÁTICA: Globalização, Política e Cidadania

---

O Movimento Mangubeat na mudança da realidade sociopolítica de Pernambuco

---

GAMEIRO, Rodrigo

Mestre em Gestão Organizacional

Universidade Federal de Pernambuco

rgameirog@yahoo.com.br

---

CARVALHO, Cristina

Doutora em Ciências Econômicas y Empresariales

Universidade Federal de Pernambuco

cris\_carvalho@uol.com.br

---

### Resumo

O artigo analisa o movimento cultural Mangubeat e sua articulação com as manifestações culturais da periferia da cidade de Recife, no Brasil. Investiga como ele articulou manifestações tradicionais e modernas e mudou a realidade local ao despertar a participação política. Para analisar as práticas coletivas de participação e as estratégias de organizar dos agentes, o trabalho apóia-se no referencial conceitual de Bourdieu e em tipologias de participação. Constrói uma narrativa histórica do campo que permite inferir que o Mangubeat foi importante na reconstrução da identidade cultural local, na construção de novas práticas coletivas de participação ao agir independentemente dos poderes públicos instituídos. Pela articulação com os movimentos da periferia, esses agentes sociais adquiriram recursos de poder que se revelaram um indício da constituição de um outro princípio de diferenciação nesse campo - nova forma de poder, capital de novo tipo ou capital revalorizado - pois agentes, antes marginais, agora participam de pleno direito, ainda que limitados a certos espaços e arenas políticas.

Palavras-chave: Participação; Movimento Cultural; Identidade; Práticas coletivas; Articulação.





O estado de Pernambuco, no Nordeste do Brasil, foi o palco de algumas iniciativas culturais que questionaram os governantes e seus projetos para a nação tais como os movimentos Regionalista, de Cultura Popular e Armorial. Esses movimentos foram importantes agentes sociais na configuração da identidade cultural e da publicização desta questão na sociedade local.

O Movimento Manguê surge posteriormente, no início da década de 90, num contexto marcado pela ofensiva econômica neoliberal que deixou de lado as demandas sociais e abriu assim espaço para um 'caldo' sóciopolítico propício ao surgimento de movimentos de rebeldia e contestação. Fruto desse processo, o Movimento Manguê articulou as manifestações culturais da periferia de Recife à margem das administrações públicas, ficando sua diferença com os seus predecessores, na forma de se relacionar com a cultura popular, conectando-a com expressões globais e, ao mesmo tempo, expondo a situação de exclusão social, violência e fome dos bairros de periferia de Recife.

Investigamos, neste trabalho, o potencial político e organizativo desse Movimento que articulou manifestações tradicionais e modernas, contribuiu para despertar a participação política e questionou o modo de construção das políticas públicas. Analisamos as práticas coletivas de participação e sua estratégia política, e como elas se constituíram recursos de poder dos movimentos culturais para mudança da realidade social da periferia de Recife.

Para entender as disputas na construção do contexto e a relevância de cada agente, nos apoiamos no referencial teórico-conceitual de Pierre Bourdieu, enquanto a participação é tratada a partir de Spicer e Böhm (2006) e Pedro Demo (2001).

Em termos empíricos este trabalho se insere na investigação de Guimarães (2007).

As informações e dados foram coletados em variado material documental e, por meio de prolongada participação nas reuniões, encontros, fóruns e conferências no cenário cultural pernambucano. Nesse tempo foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com informantes-chave e agentes do campo. A análise dos dados foi descritiva-interpretativa, de caráter qualitativo. A partir das informações e resultados da análise construiu-se uma narrativa do contexto de surgimento do Movimento Manguê, demarcada pelos eventos importantes, e apresentam-se alguns casos ilustrativos dos movimentos e organizações culturais surgidos na senda do Manguê.

Inferimos que esses agentes construíram práticas coletivas de participação autônoma, como um direito conquistado, à margem dos poderes públicos instituídos. Também participaram dos espaços políticos institucionais e dos espaços públicos não-estatais ligados à formulação das políticas.

Esses agentes sociais da periferia adquiriram reconhecimento e recursos de poder, ou capitais, ao reforçarem sua capacidade de participação e articulação política. É a constituição de um outro princípio de diferenciação entre os agentes - uma nova forma de poder, um capital de novo tipo ou capital revalorizado - que coloca os agentes da periferia, antes também periféricos no campo social, como agentes de mudança.

## **I. Poder e participação - uma disputa no campo das políticas públicas**

### **1.1. A concepção de poder em Bourdieu - campo e (dis)posição**

Todas as sociedades se apresentam como espaços sociais, como estruturas de diferenças que não podemos compreender sem o princípio gerador que as funda na objetividade e que estrutura a distribuição dos tipos de capital eficientes no universo social considerado. A percepção desse princípio possibilita construir empiricamente um campo e a dinâmica de seus agentes na conservação e transformação da estrutura de distribuição das propriedades ativas no espaço (Bourdieu, 1996).

No espaço social existem os diversos campos, mundos sociais relativamente autônomos, que constituem um espaço estruturado por regras. Para Misoczky (2002: 26, grifos nossos) um campo é



um espaço de posições, entre atores sociais, em uma relação de mútua exclusão. O campo é uma construção empírica, só podendo ser descrito a partir de critérios que precisam dar conta de um conjunto de diferenças que separam os atores ou que permitem que um conjunto de relações apareça. A partir desses critérios se reúnem atores sociais, essenciais para revelar as posições com relação aos tipos de capital/recursos de poder em disputa. Ou seja, *o campo é definido pela especificidade da luta e por aquilo que nele está em jogo*.

Como a estrutura de um campo é dada pelas relações entre as posições dos agentes, suas regras de funcionamento estão sempre em jogo e em disputa. Para compreender a dinâmica de um campo é necessário considerá-lo em relação a mudanças históricas e macrosociais e determinar que tipos de capital estão ativos nele. Segundo Thiry-Cherques (2006: 40) “[...] A admissão no campo requer: a posse de diferentes formas de capital, o cacife (*enjeux*) na quantidade e qualidade do que conta na disputa interna e que constitui a finalidade, o propósito, do jogo específico; e as disposições, inclinações e aprendizados, que conformam o *habitus* do campo [...]”.

O *habitus* é o senso prático, um sistema de preferências, de princípios de visão e de divisão, de estruturas cognitivas duradouras (produto da incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e resposta dos agentes de um campo. Esse senso prático sobre o que se deve fazer em uma determinada situação, é chamado de senso do jogo. Diz Bourdieu (1996: 144) a esse respeito: “[...] ter o sentido do jogo é ter o jogo na pele; é perceber no estado prático o futuro do jogo. É ter o senso histórico do jogo. [...] o bom jogador é aquele que antecipa, que está adiante do jogo”. Cada campo tem certas práticas, valores, estilos, gostos, restrições, em suma, um certo *habitus*, produzido pelas condições sociais relacionadas às posições correspondentes, e pela intermediação desse *habitus* e de suas capacidades estruturantes (Bourdieu, 1996).

As posições dos agentes num campo podem ser determinadas de acordo com os pesos relativos dos diferentes tipos de capital e a quantidade global de seu capital (Bourdieu, 1996). Os principais capitais são

[...] Além do *econômico*, que compreende a riqueza material, o dinheiro, as ações etc. (bens, patrimônios, trabalho), Bourdieu considera: o capital *cultural*, que compreende o conhecimento, as habilidades, as informações etc., correspondente ao conjunto de qualificações intelectuais produzidas e transmitidas pela família, e pelas instituições escolares, sob três formas: o estado incorporado, como disposição durável do corpo (por exemplo, a forma de se apresentar em público); o estado objetivo, como a posse de bens culturais (por exemplo, a posse de obras de arte); estado institucionalizado, sancionado pelas instituições, como os títulos acadêmicos; o capital *social*, correspondente ao conjunto de acessos sociais, que compreende o relacionamento e a rede de contatos; o capital *simbólico*, correspondente ao conjunto de rituais de reconhecimento social, e que compreende o prestígio, a honra etc. O capital simbólico é uma síntese dos demais (cultural, econômico e social) (Thiry-Cherques, 2006: 38-40, grifos nossos).

Os diversos tipos de capital constituem o capital simbólico que permite que seu detentor dê uma ordem e ela seja obedecida. Não obstante, Bourdieu ressalta que “[...] é preciso que um trabalho anterior, frequentemente invisível e, em todo caso, esquecido, recalcado, tenha produzido, naqueles submetidos ao ato de imposição, de injunção, as disposições necessárias para que eles tenham a sensação de ter de obedecer sem sequer se colocar a questão da obediência” (Bourdieu, 1996: 170).

O autor chama a atenção para o fato de que pode existir, em alguns campos (econômico, da arte, acadêmicos, cultural, etc.), um outro princípio de diferenciação, um outro tipo de capital, cuja distribuição desigual seja a base das diferenças. Nesse sentido, procuramos entender a construção das políticas públicas culturais como um campo de disputa, no qual a definição dessas políticas, como são construídas e



as ações que dali decorrem é o que está em disputa. Entendemos que a participação social é um elemento em jogo nesse campo e que sua definição e prática também são disputadas pelos agentes.

Bourdieu (1996) considera que o Estado é tanto instrumento de agentes como um campo de lutas (campo burocrático), ainda que diferente dos outros. Ele é resultado de um processo de concentração dos diferentes tipos de capital (força física, coerção, econômico, cultural, e capital simbólico) e detentor de uma espécie de metacapital que permite a manipulação da taxa de câmbio entre os capitais, bem como lhe dá poder sobre os outros campos.

a gênese do Estado é inseparável de um processo de unificação dos diferentes campos sociais, econômicos, cultural (ou escolar), políticos, etc., que acompanha a constituição progressiva do monopólio estatal da violência física e simbólica legítima. Dado que concentra um conjunto de recursos materiais e simbólicos, o Estado tem a capacidade de regular o funcionamento dos diferentes campos [...] (Bourdieu, 1996: 51).

Além disso “[...] o Estado [...] é o lugar por excelência da concentração e do exercício do poder simbólico” (Bourdieu, 1996: 107). Esse poder exerce-se pela língua e relações de comunicação, por isso define o poder simbólico ou poder da linguagem como “[...] o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário” (Bourdieu, 2005: 14-15).

## **1.2. Participação numa visão organizacional: estratégias de organização, espaços de luta e objetivos**

Para caracterizar os modos de participação dos Movimentos Sociais (MS) no campo, Spicer e Böhm (2006) defendem que estes são definidos de acordo com a estratégia e o local da luta. Para os autores os MS podem fazer uso de estratégia política oficial ou institucional<sup>1</sup>, que depende fundamentalmente de modos hierárquicos de organização e representação. Este tipo de estratégia é adotado pelos MS de grande porte que operam em campos sociais estáveis e que são

[...] organizações tipicamente formais, semi-hierárquicas que têm procedimentos oficiais, práticas, sistemas de escritórios e uma base em lei. [...] A tarefa central de um MSO [Movimento Social Organizado] é articular as preocupações múltiplas de um movimento social em uma única voz autorizada dentro da esfera pública (Spicer e Böhm, 2006: 10-11).

A estratégia infra-política envolve formas menos organizadas e formalizadas de luta, e privilegia reivindicações mais diretas, como explicam Spicer e Böhm (2006: 12): “[...] A ênfase está na ação direta que não é co-ordenada por organizações formais e ativamente evita compromisso com centros oficiais de poder como hierarquias corporativas ou o Estado [...]”. Esta via evita estruturas mais formais e os MS podem adotar formas não institucionalizadas e informais de coordenação das ações. É uma estratégia preferencial entre os movimentos pequenos ou que operam em campos novos, ainda não estruturados, compostos por participantes desarticulados que não aceitam formas de controle. Esses movimentos têm práticas organizacionais mais fluidas e táticas diretas que dificultam a localização e cooptação de seus participantes.

O local de luta, ou seja, da prática da estratégia política dos movimentos sociais é, segundo Spicer e Böhm (2006), as ruas, as reuniões públicas, as escolas, a mídia, em suma o cotidiano e as relações sociais. No entanto, dois lugares são destacados: a sociedade civil e o local de trabalho. Neste trabalho refletimos, em termos do espaço, da Sociedade Civil e do Estado, considerando uma separação apenas conceitual e não orgânica.

Reelaboramos, a partir destas considerações, dois tipos de movimentos sociais, de acordo com a estratégia de luta, forma de organização e espaços de luta.



**Figura 1 - Estratégias e Espaço da Resistência**

Fonte: Criado a partir de Spicer e Böhm (2006: 18)

Os Movimentos Sociais Organizados envolvem grupos políticos da sociedade civil formalmente organizados que utilizam principalmente a estratégia política oficial e se organizam hierarquicamente com o intuito de eleger representantes para participar dos espaços de participação social formalizados e instituídos pelo Estado. Com grande número de participantes existem dentro de um campo social estabelecido e institucionalizado e atuam localizados nas estruturas do Estado (Spicer e Böhm, 2006).

Os Movimentos Sociais adotam uma estratégia infra-política, dedicam-se às lutas na sociedade civil, protestos públicos, à mídia, aos debates públicos. Organizam-se em redes mais informais e não-hierárquicas. São pequenos em número de participantes e atuam num campo novo e não institucionalizado (Spicer e Böhm, 2006).

Independente da estratégia de luta ou espaço de participação, Demo (2001: 13) ressalta que “não existe participação suficiente ou acabada. Não existe como dádiva ou como espaço preexistente. Existe somente na medida de sua própria conquista”. A participação é um processo de conquista e não uma concessão. Não é eliminação ou superação do poder, mas enfrentamento e meio para uma nova forma de poder, calcada na autocritica e que ajuda a reconhecer tendências impositivas. A participação é meio - um instrumento de afirmação, exposição dos anseios, necessidades e reivindicações coletivas - e fim - objetivo a ser alcançado - ao mesmo tempo (Demo, 2001). Para expor esta idéia apresenta-se a seguir um quadro que sintetiza as conexões entre participação, meio e fim segundo Pedro Demo.

OBJETIVOS	DESCRIÇÃO
<b>Autopromoção</b>	característica da política social centrada nos interessados, que passam a autogerir ou co-gerir a satisfação das suas necessidades, para superar a situação assistencialista
<b>Cidadania</b>	qualidade de uma sociedade organizada na forma de direitos e deveres majoritariamente reconhecidos. É reconhecimento da igualdade de todos perante a lei, os processos participativos acentuam a cidadania organizada; A forma organizada, significa entender a cidadania a partir dos interessados, dos desiguais, dos excluídos – o cidadão é o homem participante
<b>Implementação de regras democráticas</b>	é o exercício democrático, aprende-se a eleger, (des)eleger, estabelecer o rodízio no poder, ou seja, aprende-se a formar autênticos representantes da comunidade. Para ter voz e vez uma comunidade precisa se organizar, não deve se satisfazer com a face política, melhorar a vida concretamente é tão importante, quanto saber discutir um problema politicamente
<b>Controle do poder</b>	a democracia visa a convivência crítica e criativa com o poder; se não podemos fugir do poder, podemos pelo menos controlá-lo; o voto, é uma forma limitada de controle do poder, por isso é importante criar outras formas de controle como a organização da sociedade civil, quando o controle se torna algo estrutural e do dia-a-dia da consciência da cidadania
<b>Controle da</b>	a sociedade civil organizada não tolera os vícios da burocracia (corrupção, pessoas influentes, pedido de



<b>burocracia</b>	favores); a burocracia precisa ser controlada pelos interessados e capazes, pela cidadania organizada, reivindicar, pressionar, mudar as coisas; a qualidade da burocracia tem origem na pressão democrática organizada;
<b>Negociação</b>	os conflitos e as divergências devem ser negociados, ou seja, significa tratamento de divergências sobre o pressuposto das oportunidades equalizadas, não se imagina que a negociação acabe com as divergências, mas com patamares que permitam a convivência e realização relativa aos interesses específicos; negociar significa convencer, mais do que impor, consolidar regras democráticas do jogo, criar condições que desobstruam gargalos, praticar habilidade política, negociação, acarreta compromisso mútuo;
<b>Cultura democrática</b>	a consolidação da democracia como cultura; uma situação em que direitos e deveres comuns se tornam ingredientes típicos de todas as relações sociais; uma situação construída e institucionalizada como regra de vida, como valor comum, como modo de ser; “a cultura democrática é, pois, a naturalidade do funcionamento de processos participativos, marcados pelo acesso aberto ao poder, seu controle, pela burocracia comprometida com o serviço aos interessados, pelo exercício constante das regras comuns do jogo, pela negociação como forma primordial de tratamento das divergências, e assim por diante.” (Demo, 2001: 79)

### Quadro 1 – Objetivos da participação

Fonte: Criado a partir de Demo (2001: 66-79)

## II. A participação política e a construção de uma nova dinâmica: o Movimento Manguê e as periferias de Recife

### 2.1. A gênese do movimento cultural em Recife

As políticas públicas de forma geral foram influenciadas pelo debate político da Nova República em torno da crise econômica e do combate inflacionário. Nos anos 90, o processo de redemocratização, no Brasil, foi orientado pelo discurso da redução dos gastos públicos e diminuição do Estado, marcado por reformas de cunho gerencial. Nesse contexto, a cultura tornou-se um “problema de mercado”, quando se consolidou a política baseada na renúncia fiscal. Visava-se atrair investimentos privados para o financiamento da cultura por meio da isenção do imposto devido pelas empresas. Com isso, incorporou-se no campo da cultura uma concepção bastante liberal sobre a democratização da gestão de cultura (Moisés, 2001) e o capital econômico tornou-se um recurso de poder ainda mais importante na definição dos projetos e manifestações culturais financiados indiretamente por recursos públicos.

Em Pernambuco, no início dos anos 90, as políticas públicas culturais estavam sintonizadas com as políticas federais de incentivo fiscal à cultura. No entanto, a maioria dos produtores no estado guiava-se pelo amadorismo e por relações diretas de subvenções, subsídios e patrocínios. Além disso, os governos não tinham um projeto político declarado para a área e, a cada mudança de governo, voltava-se à “estaca zero” (Hélio, 1990).

Um grupo de jovens, influenciados pela efervescência do fim da ditadura e em contato com influências musicais, produziu um programa na Rádio Universitária. A iniciativa mostrou que havia espaço para criar e divulgar música fora dos parâmetros estabelecidos pelas multinacionais da indústria fonográfica. Inconformados com a realidade social e urbana da capital, Recife, produzem o Manifesto do Movimento Manguêbit<sup>2</sup> no qual apresentam uma alternativa para o marasmo cultural: “livrar-se dos grilhões do tradicionalismo abandonando a energia negativa do melão de cana e energizando o ambiente fértil da lama”. O “manguê”<sup>3</sup> era um nome óbvio para o movimento cultural de Recife, já que a cidade foi construída sobre manguezais onde habita a população pobre das favelas da cidade (Teles, 2000).

O Manguê surgiu como um ritmo que mistura *hip-hop* com *maracatu*<sup>4</sup> mas, “do *funk* e do *hip-hop*, assim como do movimento punk, veio também outra característica do manguê: o senso coletivo, a necessidade de agir em conjunto. [...]” (Renato L., 1998). A idéia de transformar essa batida em ‘algo mais’ brotou da influência dessas duas cenas. As bandas desses ritmos alternativos<sup>5</sup>, com escassa visibilidade fora de seus círculos restritos, formaram um circuito cultural *underground* à margem dos suplementos culturais dos jornais locais e dos eventos promovidos pela prefeitura. Criaram seus próprios meios de divulgação por meio de panfletos, *fanzines*<sup>5</sup> e rede de contatos (Teles, 2000: 242). Essa movimentação logo se espalhou





pela periferia da cidade, apesar do preconceito pelas roupas, penteados e adereços que seus integrantes usavam.

O Movimento Mangue organizou-se, inicialmente, de forma independente do poder público instituído, ainda influenciado pelo “faça você mesmo” punk. O primeiro festival, em 1993, juntou 57 bandas num espaço improvisado, a maioria desconhecida (Teles, 2000). Delineava-se um cenário cultural Mangue, que com o Festival Abril Pro Rock<sup>6</sup> apresentava pela primeira vez as bandas locais em revistas de circulação nacional com uma ampla cobertura da imprensa. Aos poucos o Movimento penetrou nos meios de comunicação de massa e, fortalecido pela consolidação e ampliação dos festivais no centro da cidade e nas comunidades de periferia, ocupou espaço na programação das rádios (Teles, 2000).

O Movimento Mangue aproximou-se da arte do povo da periferia mas, conectado com problemas globais, fez ecoar no público urbano o interesse pelos temas que afligiam essa parcela da população com a qual se identificava. Revalorizou o capital cultural a partir de outros padrões estéticos, para além dos instituídos desde sempre pelas elites.

O Movimento Mangue surgiu num momento histórico em que a juventude da periferia, social e culturalmente excluída, não se via representada no cenário musical nacional ou local. Mesmo surgindo à margem da indústria fonográfica e do apoio do Estado, o Movimento teve grande influência na ampliação da dinâmica cultural no Estado para os espaços urbanos secularmente alijados, as favelas e as periferias da cidade, como de resto ocorre nas periferias de todas as grandes cidades do país.

Às letras das músicas, repletas de figuras de linguagem associadas à metáfora do Mangue e usadas para fazer críticas sociais contundentes, o Movimento adicionou a discussão sobre cidadania e identidade cultural, usando metaforicamente a lama do mangue para tratar da exclusão social e denunciar a violência e a fome.

## **2.2. Divergências estéticas e políticas: Manguebeat x *Establishment***

A forma como o Movimento Mangue se relacionou com a cultura popular deu vida a uma histórica divergência com o então secretário de cultura do Governo do Estado da época, Ariano Suassuna, renomado escritor e idealizador do Movimento Armorial<sup>7</sup>.

A política cultural do Estado não atenderia, então, as manifestações que, segundo Suassuna, produziam arte massificada (Teixeira, 2002). O *Projeto Cultural Pernambuco-Brasil* guiou os quatro anos da gestão estadual que foi assim direcionada para a preservação das tradições da cultura popular pela incorporação do passado ao presente (Silva, 2004).

Com um projeto fechado estética e politicamente, foi instalada uma maneira personalista de gerir os recursos públicos para a cultura que priorizava os artistas alinhados com essa proposta e entre esses não estavam o Movimento Mangue e a periferia de Recife. De acordo com Silva (2004: 36-37) o Mangue “[...] procura desnaturalizar a noção de ruralidade e rusticidade que costuma identificar a região [...] um tradicionalismo louvado pelas elites locais em seu esforço de conservação de estruturas sociais”, por meio da preservação da “autenticidade da cultura regional”. Assim, condenaram a fusão proposta pelo movimento Mangue que se dissociava da imagem tradicionalista do Nordeste.

Os Movimentos Armorial e Mangue buscam ambos contradizer o discurso etnocêntrico do projeto colonialista moderno (Silva, 2004), o primeiro ao lutar contra a descaracterização da cultura brasileira a partir da construção de uma arte erudita e, o segundo, ao resgatar ritmos regionais e conectá-los à música pop internacional.

O Movimento Mangue pôs na pauta local a homogeneização promovida pelos meios de comunicação e difusão cultural e a necessidade de sua urgente reforma para democratizar as políticas públicas culturais.

Essa efervescência cultural e política foi abalada, em 1997, pela morte de um dos principais idealizadores do Movimento Mangue. A ampla repercussão na mídia nacional e internacional transformou Chico Science<sup>8</sup>





num dos artistas mito do país. O músico Fred 04, autor do Manifesto *Caranguejos com cérebro*, afirmou que, apesar da morte de Chico Science, criador e líder indiscutível do Movimento, houve uma tomada de consciência de que as mudanças já ocorridas na cena cultural da cidade eram irreversíveis (Guimarães, 2007).

A importância do Mangue pode ser percebida na dinâmica adquirida pela periferia de Recife que, conectada aos elementos da cultura local, e sob a liderança dos numerosos grupos musicais que realizaram shows e mobilizações políticas, se engajou nas lutas sociais.

### **2.3 O Movimento Mangue articula a periferia: o Festival Acorda Povo**

A articulação entre o Mangue e os grupos e coletivos da periferia de Recife foi consolidado com o Festival anual Acorda Povo cujo propósito era fomentar focos de dinâmica cultural na periferia, denominados Antromangue, nos quais, além dos eventos musicais aconteciam oficinas abertas à comunidade que escolhia os temas e habilidades artísticas a participar.

O Acorda Povo levou música e informação aos bairros da periferia da Grande Recife com uma programação de debates entre músicos e moradores dos bairros, oficinas de moda, arte, reciclagem, modelagem, grafite e de formação profissional, além de mostras de filmes pernambucanos, shows de Bandas e DJs locais (Silveira, 2002). Seu objetivo era divulgar e disseminar a produção cultural que não tinha espaço no mercado, nas políticas e meios de comunicação.

Apesar do apoio financeiro, ora da Secretaria Municipal de Cultura (1999- 2000) ora do Governo do Estado (2001-2002), o Acorda Povo foi concebido e executado por integrantes, jornalistas e músicos do Movimento Mangue em parceria com os grupos das comunidades da periferia. Isto foi algo novo na relação entre as Administrações Públicas e a sociedade na cidade.

Por isto, mas também pela repercussão nos jornais e revistas de circulação nacional, o Acorda Povo marcou a atuação do Movimento Mangue assim como a experiência de articulação autônoma entre grupos representantes de estamentos e territórios subalternos na cidade.

O Festival, mas principalmente a vivência do processo de planejamento e organização, representou a valorização da identidade e o despertar da consciência cidadã dos moradores de subúrbios da cidade e potencializou o diálogo, troca e articulação de objetivos entre as comunidades, coletivos culturais e juvenis.

### **2.4. A bola de neve: outros movimentos dinamizam a periferia**

Os grupos culturais e entre eles inúmeras bandas do **Alto José do Pinho**<sup>9</sup> se organizaram em uma cooperativa na qual os músicos se cotizavam para comprar discos que escutavam em conjunto e compartilhavam instrumentos (Teles, 2000). Esses músicos e militantes constituíram a ONG Alto Falante cuja a grande obra é a rádio comunitária do Bairro.

Assim como o Acorda Povo, o Alto Falante percebeu a capacidade dinamizadora e aglutinadora da produção artística/cultural da periferia, assim como seu poder transformador dos territórios que as comunidades, organizadas, passavam a produzir.

O **Movimento Cultural Boca do Lixo** (MCBL), outro exemplo, contemporâneo às articulações do Acorda Povo e do Alto Falante, surgiu no populoso bairro de Peixinhos, situado na fronteira entre Recife e Olinda, com alto índice de desemprego, pobreza e marginalidade. Grupos culturais do bairro ocuparam as ruínas do antigo Matadouro Industrial e o transformaram num espaço cultural e de lazer para a comunidade ao fim de muitos esforços voluntários para tornar o espaço utilizável.

O MCBL é agente de mobilização de mais de 30 grupos e organizações locais que atuam nos âmbitos da educação, cultura, esportes e saúde e lutam para transformar o antigo complexo arquitetônico em Nascidouro da Cultura Popular.



O **Coletivo Êxito 'D Rua**, outro exemplo de mobilização cultural da periferia, defendendo uma concepção ampliada de participação, surgiu em meados dos anos 90 inspirado na Cultura *Hip-Hop*. O grupo atuou nas periferias com o *Graffiti*, fazendo rimas, dança de rua e estabelecendo um diálogo livre e autônomo com as comunidades. A partir de 2000 o grupo leva sua atuação também para órgãos governamentais e escolas públicas e, a partir de 2001, estabelecem relações com a Prefeitura para participar do "Festival Multicultural" (Coletivo Êxito de Rua, 2007).

A partir de 2004, os integrantes do Coletivo inauguram formas mais elaboradas de comunicação e produção gráfica e constituem-se em núcleo de produção coletivo, independente e desobediente (Coletivo Êxito de Rua, 2007). Essas ações confluíram para a constituição da **Rede de Resistência Solidária** em 2005, autogerida por dezenas de coletivos e grupos de 48 comunidades, sem hierarquia formal e com o propósito de fortalecer o diálogo da reconstrução e liberdade comunitária. A Rede de Resistência Solidária busca interligar e fortalecer as ações dos coletivos e promover mudanças na sociedade, baseada na idéia que 'a comunidade pensa o melhor para comunidade'.

Estas novas práticas de participação que surgiram nas mobilizações das periferias e no Movimento Mangue, alteraram a organização política desses territórios em construção, cujo resultado mais evidente foi a vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais de 2001. Essa gestão articulou-se com o Movimento Mangue e se aproximou de alguns dos seus conceitos e idealizadores.

A nova Prefeitura Municipal introduziu mudanças na política de cultura ao criar a Secretaria de Cultura, no plano institucional e, no plano da estratégia, ao transformar o Carnaval num evento multicultural e descentralizado nos bairros da cidade. No plano da construção política, abriu diálogo direto com a sociedade com a instalação do Fórum Temático de Cultura do Orçamento Participativo e as Conferências Municipais de Cultura (Recife, 2004). Esta gestão municipal de novo tipo capilarizou-se pelas periferias e dialogou com os movimentos que negavam a política institucional.

Os efeitos não se fizeram esperar e, num dos bairros mais populosos da periferia da zona sul de Recife, constituiu-se, em 2001, o **Movimento Alternativo do Jordão**. Embora já existissem ações esparsas desde meados da década de 90, o grupo começa a submeter projetos ao sistema de incentivo municipal para financiar suas ações e, hoje, envolve-se e lidera boa parte das reivindicações, eventos culturais e ações políticas no bairro.

Foi também na gestão municipal do PT, em 2003, que foi criada a **Articulação Musical Pernambucana**. À diferença dos outros movimentos culturais referidos, nasceu das reivindicações dos músicos profissionais da cidade. Seus objetivos são o de fiscalizar o uso dos recursos públicos, a programação dos palcos públicos, combater a falta de espaço para a música local nas rádios, lutar pela valorização dos músicos do Estado e pela criação de um mercado auto-sustentável para a música local.

O quadro que segue sintetiza as formas de participação e os recursos de poder dos agentes do campo da cultura em Pernambuco.

Movimentos/ Organizações	PARTICIPAÇÃO			Recursos de Poder
	Estratégia Política	Organização	Objetivo	Principais Capitais
<b>Manguebeat</b>	infra-política na origem, atualmente com traços de estr. Institucional	não hierárquica, com idealizadores reconhecidos como líderes	autopromoção, cidadania e controle do poder e da burocracia	Cultural; social; de novo tipo e simbólico
<b>Alto José do Pinho / Alto Falante</b>	infra-política na origem e atualmente mais institucional	formalmente hierárquica, na prática não-hierárquica, com um dirigente reconhecido	autopromoção, implementação de regras democráticas, cidadania e cultura democrática	Social; empresarial-organizacional; de novo tipo e simbólico
<b>Movimento Cultural Boca do Lixo</b>	predominantemente infra-política, atualmente com traços de estr. institucional	formalmente com traços de hierarquia, na prática autogestionária	autopromoção, implementação de regras democráticas e controle do poder e da burocracia	Social; empresarial-organizacional; de novo tipo e simbólico



<b>Coletivo Êxito de Rua / Rede de Resistência Comunitária</b>	predominante infra-política e esporadicamente, institucional	formalmente com traços de hierarquia, na prática um coletivo autogestionária e em rede com outros coletivos	autopromoção, implementação de regras democráticas e controle do poder e da burocracia	Social; empresarial-organizacional; de novo tipo e simbólico
<b>Movimento Alternativo do Jordão</b>	predominante infra-política e esporadicamente, institucional	formalmente e na prática não hierárquica, mas com dirigentes reconhecidos	autopromoção, cidadania, implementação de regras democráticas e cultura democrática	Social; empresarial-organizacional e de novo tipo
<b>Articulação Musical Pernambucana</b>	predominante institucional, ocasionalmente infra-política	formalmente e na prática hierárquica	cidadania, implementação de regras democráticas, controle da burocracia e cultura democrática	Social; político; empresarial-organizacional e de novo tipo

**Quadro 2 – Caracterização dos Movimentos e Organizações Culturais**

Fonte: Adaptado de Guimarães (2007)

### III. A participação conquistada nos territórios em construção

O Movimento Mangue conquistou reconhecimento nas diversas esferas da sociedade independentemente dos meios políticos instituídos. Utilizou espaços privados e recursos públicos para difundir suas idéias e conceitos; elegeu campos de contestação que extrapolaram o âmbito das instituições oficiais e fizeram da ação cultural agente de transformação. O Movimento colocou em xeque as redes de informação massificadas e atribuiu um sentido público à mídia ao apontá-la como um meio estratégico para a transformação social. Levou a cabo uma apropriação subversiva das inovações tecnológicas para enfatizar a diversidade cultural e criatividade, denunciar as desigualdades entre as classes e grupos sociais no acesso aos aparelhos tecnológicos e aos meios de difusão cultural (Silva, 2004) e, dessa forma, revelou os mecanismos de poder que reproduzem as desigualdades.

A importância que a comunicação e difusão adquiriram nas periferias é ilustrada pela multiplicação das rádios e jornais comunitários, a criação de programas de rádio e televisão, produtoras, selos e gravadoras independentes, sites, revistas e *fanzines*. A difusão dos discursos e das práticas dos grupos culturais construiu uma articulação política, que possibilitou a tomada de consciência da periferia urbana dos seus problemas, e transformou a cultura num instrumento de comunicação e transformação social.

A narrativa histórica mostra como o Movimento Mangue e os outros movimentos culturais da periferia de Recife atuavam isoladamente, numa participação infra-política, sem ligação com os mecanismos políticos institucionais. Com o fortalecimento da articulação política por meio da ação cultural, os grupos obtiveram reconhecimento (capital simbólico) em seus, agora, territórios. Puderam exigir recursos aos governos para realizar seus projetos de maneira autônoma, a exemplo do Acorda Povo.

A partir desse Festival foram introduzidas novas práticas de participação, constituídas pelo *habitus* de movimentos/organizações que, independentes dos poderes públicos instituídos, entendiam e praticavam a participação como um direito conquistado autonomamente. A valorização dos capitais que os agentes da periferia adquiriram e acumularam pela sua capacidade de participação, permitiu-lhes garantir espaço no processo de formação das políticas municipais, quebrando, de forma emblemática, o tradicional papel de objeto passivo de execução dos programas públicos.

As ações da Prefeitura impactaram na organização e mobilização das comunidades da periferia de Recife. Movimentos e organizações culturais que não atuavam isoladamente nem dialogavam com poder público, agora articulam estratégias políticas e atuam nos espaços institucionais.

Uma nova forma de poder situou estes agentes no centro de atenção das políticas como participantes ativos e agentes de mudanças. Constituiu-se um **capital de novo tipo** no qual a participação política dos



movimentos é tanto um fim na conquista de posições de poder, como um meio ou um recurso para efetivar essa conquista.

A narrativa do protagonismo dos agentes da periferia deixa em evidencia a contraposição dos movimentos culturais aos agentes dominantes no campo e sua luta para (re)significar a participação como uma conquista. Nesse sentido, os Movimentos Sociais avançam na luta pela democracia na definição de novas regras do jogo e não mais aceitam participar por concessão ou autorização do Estado. A este não será mais dado o poder de determinar espaços previamente delimitados e regrados para a participação social; as conquistas alcançadas demandam a participação ativa da periferia na transformação de seus espaços periféricos vazios e marginais, em territórios em construção, orientados pela ação autônoma e os laços identitários das comunidades.

#### IV. Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre (1996), *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*, Campinas, Papirus.

BOURDIEU, Pierre (2005), *O poder simbólico*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

COLETIVO ÊXITO D' RUA (2007), *Homepage*, Protocolo Disponível em: <http://www.exitodrua.org.br>, [Data de acesso: 12 de março de 2007].

DEMO, Pedro (2001), *Participação é conquista: noções de política social participativa*, 5 ed., São Paulo, Cortez.

GUIMARÃES, Rodrigo Gameiro (2007), *No Campo das Políticas Públicas Culturais em Pernambuco, os Caranguejos com cérebro se organizam para desorganizar*, Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

HÉLIO, Mário (1990). "Palavras, Palavras, Palavras", *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*, Recife, out. 1990, Suplemento Cultural, pp. 3-6.

MISOCZKY, Maria Ceci Araújo (2002), *O campo da atenção à saúde após a Constituição de 1988: uma narrativa de sua produção social*, Porto Alegre, Dacasa Editora/PDG Saúd .

MOISÉS, José Álvaro (2001), Estrutura Institucional do Setor Cultural no Brasil. *Cadernos do Nosso Tempo*, Cultura e Democracia, Rio de Janeiro, FUNARTE, vol. 1, pp. 13-55.

RECIFE (2004). *Relatório da Gestão 2001-2004*, Recife, Secretaria de Cultura do Recife, 45 p.

REDE DE RESISTÊNCIA SOLIDÁRIA (2004), *Libertação Comunitária*, Recife, 12 p.

RENATO L (1998), Arqueologia do Mangue, *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*, Recife, jan./fev., Suplemento Cultural, pp. 30.

SILVA, Anna Paula de Oliveira Mattos (2004), "O Encontro do Velho Pastoril com Matheus na Manguetown" ou "As tradições populares revisitadas por Ariano Suassuna e Chico Science". Dissertação (Mestrado em Letras), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVEIRA, Roberto Azoubel da Mota (2002), *Mangue: uma ilustração da grande narrativa pós-moderna*, Dissertação (Mestrado em Letras), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SPICER, Andre; BÖHM, Steffen (2006), Moving Management: theorizing struggle against the hegemony of the management, *Organization Studies* (under review), Protocolo disponível em: <http://sgboehm.googlepages.com/movingmanagement14jul06.doc>. [Data de acesso: 20 de Agosto de 2006].

TEIXEIRA, Paulo Cesar Menezes (2002). "um passo á frente e você já não está no mesmo lugar" – a geração mangue e a (re)construção de uma identidade regional, Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

TELES, José (2000), *Do frevo ao manguebeat*, 1.ed., São Paulo, Ed. 34.



<sup>1</sup> Os autores chamam essa estratégia apenas de política. Aqui nos apropriamos do conceito, mas como consideramos todas as estratégias são políticas, adjetivamos essa, que em certas partes do texto de Spicer e Böhm (2006) também é adjetivada como oficial.

<sup>2</sup> O Movimento Mangue foi também chamado de Manguebit, em referência a uma música homônima do músico Fred04 vocalista da banda Mundo Livre S/A, ou Manguebeat, nome do primeiro programa de rádio que abriu espaço para as bandas locais, de 1995 a 1998.

<sup>3</sup> Mangue é o termo usado no nordeste do Brasil para pântano, onde se localizam as zonas urbanas degradadas, enquanto melaço é um sub-produto da moagem da cana-de-açúcar, tradicional monocultura agrícola explorada em grandes latifúndios desde os tempos da colonização portuguesa.

<sup>4</sup> Maracatu é um ritmo percussivo típico de Pernambuco, de raízes africanas, trazido pelos escravos.

<sup>5</sup> O termo *fanzine* se disseminou e hoje caracteriza todo tipo de publicação de caráter amador, feita pela paixão ao assunto tratado e sem intenção de lucro ([http://paginas.terra.com.br/arte/jardel/explicando\\_fanzine.htm](http://paginas.terra.com.br/arte/jardel/explicando_fanzine.htm)).

<sup>6</sup> A primeira edição do Abril Pro Rock, hoje um prestigiado evento de música pop, aconteceu no extinto Circo Maluco Beleza, com 12 bandas locais e o Maracatu Nação Pernambuco.

<sup>7</sup> O Movimento Armorial surgiu na década de 70 a partir da proposta estética de uma arte erudita com raízes na cultura popular brasileira.

<sup>8</sup> Chico Science foi iniciador do Movimento Mangue e líder das bandas Chico Science & Nação Zumbi.

<sup>9</sup> Bairro/morro de Olinda (cidade turística conurbada com Recife) populoso e que abriga população de baixa renda.